

Política



**NO PORTAL
Blog.**

Acesse as últimas notícias no Radar Político
estadão.com.br/e/radarpolitico

Funcionalismo público. Auditoria sigilosa feita pelo TCU em 299 instituições federais revela que regra constitucional que veta o pagamento de salário superior ao de ministro do STF é ignorada; 90% dos rendimentos mais altos estão concentrados no Congresso

Pente-fino na folha mostra que mais de 3 mil servidores ganham acima do teto

Fábio Fabríni / BRASÍLIA

Auditoria sigilosa, recém-aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), identificou 3.390 servidores públicos recebendo acima do teto do funcionalismo, 90% deles na Câmara e no Senado. A corte fez um pente-fino em fichas financeiras fornecidas por 299 órgãos e entidades da administração pública federal, analisando salários pagos a funcionários da ativa, aposentados e pensionistas entre setembro de 2011 e agosto de 2012. Nesse período, os vencimentos além do previsto na Constituição somam R\$ 100,5 milhões.

A despesa pode ser maior, considerando-se que, na fiscalização, não foi levado em conta o histórico mais amplo de pagamentos. O teto do funcionalismo corresponde ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 26.723 à época da fiscalização – o valor foi reajustado e passou para R\$ 28.059 em janeiro deste ano.

Na lista dos supersalários, 91 receberam acima do teto por acumular empregos em órgãos de um mesmo poder. Mas a grossa maioria (3.314) foi remunerada por uma única instituição ou entidade federal. Nesse universo, 2,2 mil (68%) constam da folha salarial da Câmara e 714 (21,5%) integram a do Senado. Nas duas Casas, R\$ 83,5 milhões foram pagos além do limite constitucional no período analisado, segundo a auditoria.

A auditoria também apontou servidores cujas remunerações extrapolam o limite no Ministério da Fazenda (45), no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4.ª Região, no Rio Grande do Sul (35), no Superior Tribunal Militar (20) e no TRT da 1.ª Região, no Rio (19). Também foram identificados funcionários no Ministério do Planejamento (19), na Universidade Federal Fluminense UFF (16), no TRT da 8.ª Região, no Pará e Amapá (12), e no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (11). “Outros órgãos”, não descritos no relatório do TCU, têm mais 154 servidores em situação supostamente ilegal.

O tribunal pondera que a apuração é preliminar e, para a confirmação das irregularidades, cabe o encaminhamento de explicações pelos órgãos. Isso porque alguns pagamentos podem decorrer de decisões judiciais, divergências quanto ao cálculo do teto e eventuais falhas nas bases de dados fornecidas pelos departamentos de recursos humanos auditados.

Economia. Mas o TCU ressalta que, mantidos os apontamentos, a economia para o contribuinte pode chegar a R\$ 428 milhões nos próximos quatro anos. Isso sem contar o possível



Auditoria. Cerimônia no Superior Tribunal Militar, em Brasília: TCU aponta que pagamentos na corte além do teto constitucional somam R\$ 3,8 milhões

“MARAJÁS” DO SERVIÇO PÚBLICO

● Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que o Congresso concentra 9 em cada 10 funcionários públicos que ganham salário acima do teto constitucional

Teto do funcionalismo: R\$ 26.723*

ÓRGÃO	NÚMERO DE SERVIDORES	VALORES PAGOS A MAIS**
Câmara	2.269	R\$ 71,2 milhões
Senado	714	R\$ 12,2 milhões
Ministério da Fazenda	45	R\$ 1,2 milhão
TRT da 4ª Região (Rio Grande do Sul)	35	R\$ 2,9 milhões
Superior Tribunal Militar (STM)	20	R\$ 3,8 milhões
TRT da 1ª Região (Rio de Janeiro)	19	R\$ 1,5 milhão
Ministério do Planejamento	19	R\$ 760 mil
Universidade Federal Fluminense (UFF)	16	R\$ 501 mil
TRT da 8ª Região (Pará e Amapá)	12	R\$ 54,7 mil
Ministério Público do DF e Territórios	11	R\$ 104,6 mil
Outros	154	R\$ 5,9 milhões
Total:	3.314	R\$ 100,5 milhões
	Servidores	pagos a mais

O STM é o órgão que mais pagou acima do teto por cabeça

*Valor à época da fiscalização; o valor foi reajustado para R\$ 28.059 em janeiro deste ano

**Valores pagos acima do teto entre setembro de 2011 e agosto de 2012 a servidores ativos, inativos e pensionistas.

FONTE: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

ressarcimento de pagamentos irregulares. Em sessão sigilosa, no último dia 8, a corte aprovou decisão para que os órgãos envolvidos expliquem os valores em 45 dias, seguindo voto do relator, Aroldo Cedraz. A partir disso, poderá ser tomada decisão definitiva a respeito.

A apuração partiu de requerimento do deputado Nelson

Marchezan Junior (PSDB-RS), aprovado na Comissão de Tributação e Finanças da Câmara. Feita a análise, o tribunal enviou dados gerais à comissão e ao deputado, mas, embora solicitado, não forneceu ao parlamentar a íntegra do processo, com os nomes dos beneficiários dos pagamentos.

Os números de agora são bem

mais altos que os apurados pelo TCU em fiscalizações anteriores. Em 2009 e 2010, o tribunal identificou 1,1 mil funcionários recebendo acima do teto na Câmara e 464 no Senado. Relatório da área técnica do tribunal propôs o ressarcimento não só de valores que extrapolaram o limite constitucional, mas de horas extras não trabalhadas e contribui-

No Judiciário, corte militar tem maior gasto com ‘marajás’

● Menor corte superior do País, o Superior Tribunal Militar (STM) desponta, entre os órgãos do Judiciário citados pelo TCU, com o maior número de servidores ativos, aposentados e pensionistas remunerados acima do teto. A auditoria identificou ao menos 20 casos, cujos pagamentos além do previsto na Constituição somam R\$ 3,8 milhões.

O STM está na mira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que criou, este ano, um grupo de trabalho para estudar sua extinção. O motivo são as altas despesas da corte ante a produtividade, considerada baixa. O presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, Joaquim Barbosa, disse, em sessão do conselho, em abril, que os gastos da Justiça Militar, de R\$ 419 milhões em

2011, são “escandalosos” e um “desfalco financeiro”.

Além do STM, criado em 1º de abril de 1808 pelo príncipe regente d. João VI, a Justiça Militar é composta pelos tribunais de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Só o STM consumiu R\$ 322 milhões, com 15 ministros e 962 servidores. Segundo o CNJ, essa estrutura existe para julgar cerca de 600 processos por ano.

O conselheiro Bruno Dantas, que apresentou a proposta para criar o grupo, diz que os gastos da corte correspondem a um terço do orçamento do Superior Tribunal de Justiça, que tem muito mais causas a analisar. O grupo de trabalho ainda não apresentou conclusões. Se prevalecer a ideia da extinção, a proposta será enviada ao Congresso e às Assembleias Legislativas dos três Estados. O STM não respondeu aos questionamentos do Estado sobre a auditoria do TCU. A assessoria de imprensa disse que a corte não foi notificada. /F.F.

ções não debitadas nos últimos cinco anos, além de recursos pagos por jornadas de serviço não cumpridas e pensões ilegais.

Gaveta. Os processos entraram na pauta do TCU em novembro de 2012, mas não foram julgados. O relator, Raimundo Carreiro, os retirou de apreciação sob a justificativa de fazer

ajustes em seu voto. Desde então, as auditorias continuam nos escaninhos do gabinete do ministro.

No caso do Senado, a auditoria que aponta irregularidades e propõe devolução de valores chegou às mãos de Carreiro em dezembro de 2011. Já o processo da Câmara está no gabinete dele desde abril de 2012.

Câmara cita ‘interpretação da lei’; Senado nega ilegalidades

● Casas sustentam que nenhum servidor recebe salários indevidos e apontam ‘controvérsias jurídicas’ sobre o tema

A Câmara informou não reconhecer “nenhuma irregularidade” no pagamento a servidores da ativa, inativos e pensionistas. Em nota, explicou ter enviado informações ao Tribunal de Contas da União (TCU). A direção da Casa informou que, até quarta-feira, não havia recebido

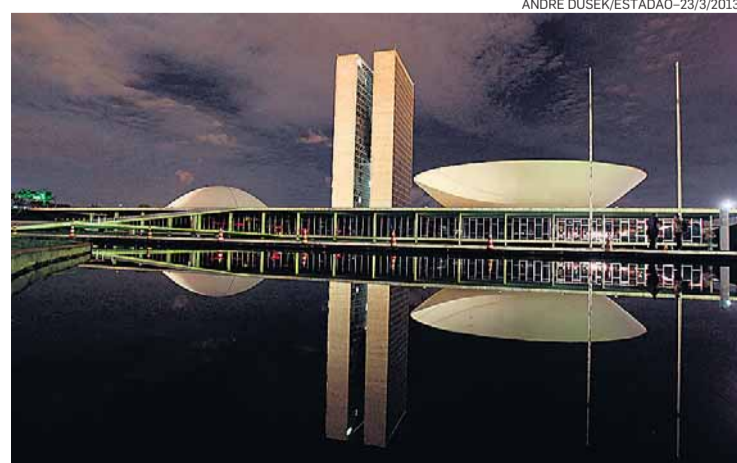
de notificação sobre as conclusões da auditoria. “Não houve nenhuma atipicidade na folha de pagamento no período analisado pelo TCU.”

A Câmara alega que o dispositivo constitucional que impõe o teto exige “constante interpretação”, o que levou o Legislativo federal a criar normatização própria, inspirada em “doutrinas, posições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e de diversos tribunais”.

“O próprio Supremo Tribu-

nal Federal (STF) reconheceu a necessidade de uma decisão judicial para elucidar as diversas questões jurídicas em torno do tema do teto remuneratório, com vistas a uniformizar em âmbito nacional a sua aplicação”, argumenta a direção da Câmara na nota divulgada ao Estado para responder aos questionamentos da auditoria do TCU.

Tolerância zero. O Senado assegurou que “nenhum servidor” recebe vencimentos acima do teto. Também em nota, explicou que, para cumprir a le-



Congresso. Casas dizem seguir pareceres jurídicos internos

gislação, aplica redutor de salários. “Com esse mecanismo, é possível garantir a lisura da estrutura de vencimentos e o respeito da Casa à legislação específica sobre a remuneração”, sustenta a instituição.

Segundo o Senado, a remuneração de servidores da Casa é paga em observância a parecer aprovado por sua Comissão Diretora em decisão de caráter normativo e mantida “em todo o seu vigor pelo TRF-1”.

Fazenda. O Ministério da Fazenda, terceiro no ranking de servidores com salários acima do teto, segundo a auditoria do Tribunal de Contas da União, não se pronunciou.